



**4º Encontro Internacional de Política Social**  
**11º Encontro Nacional de Política Social**  
**Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:**  
**desafios à Política Social**  
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

---

**Eixo: Questões agrária, urbana e ambiental.**

**A CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS NO BRASIL COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL**

**Milena Barroso<sup>1</sup>**  
**Yanne Angelim<sup>2</sup>**

**Resumo**

As transformações empreendidas pelo capital para enfrentar sua crise estrutural trazem graves implicações ao conjunto dos trabalhadores via superexploração da força de trabalho e, sobretudo, pelo desemprego estrutural, além da exploração predatória sobre a natureza. O Estado, na sua forma contemporânea, assume lugar fundamental no processo de acumulação capitalista ao garantir as condições essenciais ao seu desenvolvimento. O processo de apropriação capitalista da natureza, na sua forma particular de construção de barragens, figura como importante estratégia de acumulação capitalista no Brasil para a qual o papel do Estado tem sido decisivo.

**Palavras chave:** Crise do capital. Estado. Construção de barragens. Brasil.

**THE CONSTRUCTION OF DAMS IN BRAZIL AS CAPITAL REPRODUCTION STRATEGY**

**Abstract**

The changes undertaken by the capital to address its structural crisis bring serious implications for all workers via over-exploitation of the labor force and, above all, by structural unemployment, in addition to the predatory exploitation of nature. The state, in its contemporary form, takes place in the fundamental process of capitalist accumulation to ensure the essential conditions for their development. The capitalist process of appropriation of nature in its particular form of construction of dams, shows up how important capitalist accumulation strategy in Brazil for which the state's role has been decisive.

**Keywords:** Capital crisis. State. Dam construction. Brazil.

**1 INTRODUÇÃO**

“[...] o movimento do capital é insaciável”  
(Karl Marx em *O Capital*, 1876).

Ao partir da afirmação de Marx quanto à insaciável capacidade do capital de se reinventar e se expandir, interessa-nos assinalar, mais especificamente para fins deste

---

<sup>1</sup>Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM). E-mail: <mibarroso@yahoo.com.br>.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEN/UFS). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). E-mail: <yanneufs@gmail.com>.

texto, o processo de apropriação capitalista da natureza, na sua forma particular de construção de barragens, o que, segundo nossa hipótese de trabalho, tem figurado como importante estratégia de acumulação capitalista no Brasil para a qual o Estado opera um papel fundamental na garantia das condições essenciais ao seu desenvolvimento.

É sabido que a relação entre homem e natureza é histórica e essencial à manutenção da própria vida humana. Essa relação de interdependência retém uma particularidade, qual seja, nela o homem se difere dos demais seres vivos pelo trabalho. O trabalho é uma mediação essencial à apropriação e transformação dos elementos da natureza pelo homem para à satisfação das suas necessidades e, ao mesmo tempo, pelo trabalho o próprio homem sofre transformações. Nestes termos, o trabalho possibilita o processo de humanização (LUKÁCS, 2013; MARX, 2010). O modo de produção e reprodução da vida que caracteriza cada momento histórico e ordem societária traz, portanto, determinações a essa relação entre homem e natureza e, ainda, às relações dos homens entre si.

Com a emergência da sociedade capitalista, marcada essencialmente pela propriedade privada dos meios de produção, compra e venda da força de trabalho e acumulação privada da riqueza socialmente produzida, o trabalho assumiu o caráter de trabalho alienado, sendo seu produto alheio ao seu produtor e voltado a suprir necessidades de outros homens por meio da compra e venda de mercadorias. Nesse sentido, o trabalho na sociedade capitalista, ao assumir a produção de mercadorias como fim, passa a produzir desumanização e efeitos deletérios sobre a natureza.

O caráter destrutivo que a relação homem-natureza assumiu a partir da produção mercantil e que vem se enraizando em escala planetária na cena contemporânea na esteira do aumento da produção e do incentivo ao consumo exacerbado, põe em xeque a própria continuidade vida humana (MÉSZÁROS, 2007, 2011; SILVA, 2010). A necessidade permanente do capital de garantir acumulação alargou o nível e a velocidade de extração dos elementos naturais gerando um descompasso entre o ritmo dessa extração e a possibilidade de sua recomposição pela natureza, o que tem exigido do capital, e de seus representantes, elaborar estratégias que assegurem a rotatividade do sistema<sup>3</sup>. Ao mesmo tempo, aprofunda-se o processo de apropriação capitalista do solo

---

<sup>3</sup> Ressaltam-se aqui a perspectiva do “desenvolvimento sustentável”, as estratégias apresentadas pelos organismos internacionais tais como a proposta de “economia verde” que pressupõe a valorização do “capital natural”, composto por bens naturais (florestas, lagos e bacias fluviais). Tal proposta,

(pela via do agronegócio, da especulação imobiliária e do turismo), despontam os novos mercados de “créditos de carbono” e de energias eólica e solar, a mercantilização e privatização da água (fortalecimento do hidronegócio) como importantes estratégias de acumulação capitalista. Tais mecanismos de acumulação, de alcance em nível mundial, obviamente têm expressões particulares nos diferentes países, considerando sua posição na divisão internacional do trabalho e suas características naturais.

O Brasil, considerado de economia dependente em relação aos países capitalistas centrais, 5º maior país do planeta e detentor do maior conjunto de ecossistemas e biodiversidade do mundo, com o maior conjunto de bacias hidrográficas (reservatório de 13,8% do total de águas doces do globo) se torna região estratégica de exploração capitalista sobre o trabalho e os recursos naturais. Neste contexto, a construção de barragens, geralmente associada a infraestrutura essencial para a viabilidade de empreendimentos extremamente lucrativos ao capital, também cumpre função estratégica no processo de acumulação capitalista, comumente travestida pelo ideário de crescimento econômico e desenvolvimento nacional apresentado pelo Estado.

## **2 A REPRODUÇÃO DO CAPITAL E SUA CRISE ESTRUTURAL**

Desde sua gênese o sistema capitalista é marcado pela ocorrência alternada de momentos de crises e de fases de expansão, cujas alterações ocorrem em relação ao período histórico e ao grau de desenvolvimento das forças produtivas. Segundo Braz e Netto (2011), tais crises são inerentes ao sistema e expressões do seu caráter contraditório, além de cumprirem uma função importante ao criarem as condições para a emergência de uma nova fase de expansão.

Assim, contrariando o que tende a nos levar a crer o senso comum, a existência de crises não representa possibilidade de extinção do capitalismo. Ao contrário, conforme adverte Mészáros (2011, p.795), “[...] crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas”.

---

incentivada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), refere-se essencialmente à conversão dos elementos naturais em mercadoria.

De acordo com as análises de Mandel (1985), o capitalismo se desenvolve num movimento caracterizado por sequências de expansão e estagnação numa constante busca de *superlucros*. O autor assinala uma onda longa com tonalidade de estagnação ou de recessão experimentada pelo capitalismo desde 1974-1975 e afirma que tal “onda recessiva” marca o capitalismo contemporâneo. Os fundamentos dessa recessão podem ser encontrados na elevação da produtividade obtida com a mudança na base técnica da produção no período entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início de 1970, caracterizado pelo autor como “onda longa com tonalidade expansionista”.

Mészáros (2011) afirma que a crise do capital que vem se aprofundando desde os anos 1970 não pode ser considerada como equivalente às chamadas crises cíclicas inerentes ao desenvolvimento capitalista. O autor a denomina de crise estrutural do capital e evidencia seus principais aspectos, quais sejam: seu caráter *universal*, ou seja, não se restringe a uma determinada esfera e/ou ramo particular de produção; o alcance *global*, posto que atinge vários países, tem abrangência planetária; a *escala de tempo permanente*; seu modo de se desdobrar pode ser denominado *rastejante*, uma vez que não há momentos específicos de ápice.

Ao considerar o objeto de nossa preocupação neste texto, vale sublinhar que, nesse movimento de “onda longa expansiva”, ampliou-se a exploração da força de trabalho e a necessidade de apropriação privada dos elementos da natureza, aprofundando o caráter predatório que caracteriza a histórica relação do capital com a natureza. No atual contexto de crise essa relação predatória alcança patamares até então inimagináveis e suas implicações assumem ampla dimensão na vida social pondo em risco a manutenção da vida. Afinal, pela própria dinâmica produtivista (a lógica quantitativa como elemento constitutivo da produção de mercadorias) o capitalismo é incapaz de uma utilização sustentável e duradoura dos recursos naturais e de uma manutenção do equilíbrio ecológico (DIERKES *apud* ANDRIOLI, 2009, p.2).

Em O capital Marx já assinalara que o capital só se desenvolveria mediante o saque das “fontes da riqueza humana, da terra e do trabalho”. Mandel, seguindo Marx, ao analisar o capitalismo tardio, destaca:

Na era do capitalismo tardio, esse saque atingiu proporções imensuráveis. A oposição entre valor de troca e valor de uso, que no apogeu do capitalismo só vinha à tona excepcional e repentinamente em tempos de crise econômica, é sempre visível no capitalismo tardio. Essa oposição encontrou sua forma de expressão mais dramática na produção em massa de meios de destruição (não

só de armas militares, mas também de todos os outros instrumentos destinados à destruição física, psicológica e moral do homem). (MANDEL, 1985, p. 403-404).

Diante de sua crise estrutural que se manifestava na rigidez crescente das estruturas industriais; nas relações salariais fordistas; no descompasso fiscal dos Estados e inconformidade com a extensão atingida pelas despesas públicas e a crise da “era de ouro do keynesianismo”, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva foram as alternativas encontradas pelo capital com vistas a recuperar as taxas de lucro (CHESNAIS, 1996). A partir dos anos 1980 o capital adotou mudanças na produção no sentido tecnológico (com a adoção da microeletrônica digital) e organizacional, combinando avanço tecnológico e flexibilização/descentralização da produção, com a formação de grande oligopólios e hipertrofia da esfera financeira nos termos de um novo padrão de acumulação. Porém, diversos indicadores macroeconômicos dos anos 1990 apontam que a economia mundial ainda se mantém no interior do que Mészáros salientou como sendo uma longa depressão permeada por momentos de desaceleração, recessão e crescimento não-sustentado das economias capitalistas (um *continuum depresso*) (ALVES, 1999).

Este é o contexto a partir do qual Chesnais (1996) afirma que estamos diante de um novo regime mundial de acumulação do capital, que alterou, de modo específico, o funcionamento do capitalismo para um regime de acumulação predominantemente financeira, a mundialização do capital. Nos termos do autor,

O estilo de acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira. Seus veículos são os títulos e sua obsessão, a rentabilidade aliada a liquidez [...]. Não é mais um Henry Ford ou um Carnegie, e sim o administrador praticamente anônimo (e que faz questão de permanecer anônimo) de um fundo de pensão com ativos financeiros de várias dezenas de bilhões de dólares, quem personifica o ‘novo capitalismo’ de fins do século XX” (CHESNAIS, 1996, p. 14-15).

Essas transformações empreendidas pelo capital para enfrentar sua crise estrutural trazem graves implicações ao conjunto dos trabalhadores mediante o processo de superexploração da força de trabalho e, sobretudo, pelo desemprego estrutural e a utilização sem precedentes da natureza e dos recursos naturais como mercadorias.

De acordo com Mészáros (2011), o tempo presente é marcado pela acentuação da produção do obsoleto sob o imperativo da produção de valor a se realizar em

benefício da reprodução do capital. O autor afirma que o sistema do capital não pode se desenvolver sem recorrer à *taxa de utilização decrescente* do valor de uso das mercadorias. Nesse sentido, busca-se reduzir o tempo de vida útil das mercadorias e, por conseguinte, a aceleração do ciclo da reprodução. Nesses termos, evidencia-se o caráter destrutivo da crise estrutural em curso com a tendência do capitalismo a gerar desperdício. Nas palavras desse autor, tem-se o “[...] triunfo da produção generalizada do desperdício [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 634), vivemos na “[...] sociedade dos descartáveis [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 640), no ápice da subordinação do valor de uso ao valor.

No contexto da mundialização do capital, Estado e mercado se retroalimentam, ou como diria Chesnais (1996, p. 23-24) “[...] por meio de uma articulação estreita entre o político e o econômico é que as condições para a emergência dos mecanismos e das configurações dominantes desse regime foram criadas”. É este o fundamento que possibilita o “sucesso” de lucros de grandes empreendimentos no Brasil, como é o caso da construção de barragens (e seus derivados) por meio da articulação de grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros com o financiamento e respaldo jurídico do Estado brasileiro. Como diz Alves (1999), o triunfo do mercado não seria possível sem as intervenções repetidas de instâncias políticas dos Estados capitalistas<sup>4</sup>.

Nesse contexto, a contrarreforma do Estado – com a flexibilização das legislações dos Estados nacionais e de suas possíveis barreiras para garantir o fluxo do “capital transnacional” – revela-se uma tática extremamente eficaz ao processo de acumulação capitalista.

Segundo Mandel (1985), o Estado desempenha um papel fundamental ao criar as condições gerais de produção (que não são passíveis de serem asseguradas pelos membros da classe dominante por meio de suas atividades privadas), além de assumir funções de repressão (via exército, polícia, sistema judiciário e penitenciário) à qualquer iniciativa frente ao modo de produção vigente e de integração das classes dominadas

---

<sup>4</sup> Cabe destacar também que a relação entre mercado e Estado também é cruzada pela chamada “polarização geográfica”, que ocorre interna (entre as regiões e fronteiras internas) e externamente (na relação que se estabelece com os oligopólios) em cada País. Conforme aponta Chesnais (1996), este processo ocorre “[...] aprofundando brutalmente a distância entre os países situados no âmago do oligopólio mundial e os países da periferia [...]”, reforçando a “tendência à marginalização dos países em desenvolvimento [...]” (p. 39), inclusive nas “[...] estratégias de mundialização dos grupos [...]” (p.117) e nos “[...] fatores que modelam os sistemas de intercâmbio [...]” (p.212, 213), em que podemos pensar o Brasil, a partir do seu papel histórico de fornecedor de matérias-primas. Para o referido autor, a formação econômica e política de cada país, como no caso brasileiro, a partir de uma dominação colonial, “[...] ainda está inscrita nas relações economias internacionais contemporâneas” (p. 213).

por meio de recursos ideológicos. Tais funções, segundo ele, foram ampliadas no estágio tardio do capitalismo monopolista.

A contribuição de Mandel (1985) ao destacar essa função do Estado de “criar as condições gerais da produção” nos convoca a pensar sobre o Estado considerando não só suas funções de cariz ideo-político e de repressão, mas reconhecendo sua incidência direta na esfera da produção, o que pressupõe:

[...] assegurar os pré-requisitos gerais e técnicos do processo de produção efetivo (meios de transporte ou de comunicação, serviço postal etc.); providenciar os pré-requisitos gerais e sociais do mesmo processo de produção (como, por exemplo, sob o capitalismo, lei e ordem estáveis, um mercado nacional e um Estado territorial, um sistema monetário); e a reprodução contínua daquelas formas de trabalho intelectual que são indispensáveis a produção econômica, embora elas mesmas não façam parte do processo de trabalho imediato [...]. (MANDEL, 1985, p. 334).

O Estado tende a financiar de forma sistemática os setores produtivos num movimento de “socialização dos custos” dessa produção, desempenha, enfim, funções fundamentais que assegurem o processo de valorização do capital no capitalismo tardio.

Nessa direção Mészáros (2011) também assinala que o Estado não comparece apenas como auxiliar no processo de acumulação capitalista, mas como parte do próprio sistema sociometabólico compondo uma tríade com capital e trabalho. Nas palavras desse autor, dentre suas funções essenciais, o Estado comparece como

[...] patrocinador direto, que fornece generosamente, até mesmo às mais ricas corporações multinacionais, os fundos necessários para a “renovação” e o “desenvolvimento de instalações”, fundos que o idealizado “espírito empresarial” da competição privada não pode mais produzir lucrativamente. (MÉSZÁROS, 2011, p. 672).

O Estado, na sua conformação contemporânea, apresenta-se como fundamental ao processo de acumulação capitalista. Destacam-se nesse sentido as políticas de austeridade – inclusive em países até então considerados centrais na dinâmica do capitalismo em nível mundial, a exemplo dos países europeus –, assegurando por meio do seu aparato jurídico-político a flexibilização (ou aniquilação) de direitos dos trabalhadores, a privatização de serviços e recursos públicos, processos de acumulação por espoliação<sup>5</sup> (HARVEY, 2013) e expropriações<sup>6</sup> (FONTES, 2010), financiamentos a

<sup>5</sup> Segundo Harvey (2013), a acumulação por espoliação indica o ressurgimento, com modificações, no mundo contemporâneo, da acumulação primitiva tratada por Marx, cuja expansão alcança, inclusive, países em que o capitalismo já se consolidou, o que implica a espoliação de direitos e o controle

grandes empresas, incentivo às instituições bancárias, bem como medidas de caráter ideológico e de repressão para desarticular e/ou conter manifestações contestatórias e de enfrentamento à ordem vigente. Evidencia-se, assim, o caráter de classe do Estado já apontado por Marx ainda no século XIX, quando afirmou que o Estado é sempre de uma classe: daquela economicamente dominante. Na sociabilidade capitalista, portanto, o Estado é burguês e, como tal, tem respondido vivamente suas funções essenciais no circuito de acumulação do capital, especialmente em momentos de crise.

### **3 PARTICULARIDADES DO CAPITALISMO E DO ESTADO NO BRASIL E A ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS**

Nesse contexto de crise estrutural do capital que se estende em nível mundial, a forma assumida pelo Estado assume expressões particulares no Brasil. Apesar de não ser possível tratá-las em profundidade nos limites deste texto, parece-nos fundamental apresentar alguns apontamentos que favoreçam problematizar nossa hipótese de trabalho.

Cabe dizermos que o Brasil não experimentou um capitalismo clássico, aos moldes dos países centrais. Enquanto nos séculos XIX e XX os países considerados de capitalismo central saboreavam os “bônus” do progresso, com alto desenvolvimento industrial, tecnológico, científico e cultural (sob intensas lutas de classes entre a burguesia e os trabalhadores assalariados, bem como revoluções camponesas), apenas a partir dos anos 1950 o desenvolvimento industrial e tecnológico é impulsionado no Brasil, diga-se, sem alteração das desigualdades sociais.

---

capitalista de formas de propriedade coletiva (águas, conhecimento, entre outros) e, desse modo, potencializa sua acumulação. De acordo com esse autor, tem-se uma reatualização do roubo para assegurar a continuidade do processo de acumulação capitalista.

<sup>6</sup> De acordo com Fontes (2010), o processo de expropriação apontado por Marx ao destacar a acumulação primitiva não se restringiu apenas ao período prévio ao pleno capitalismo, mas tem alcance atual, sua permanência na cena contemporânea ocorre sob a forma de *expropriações primárias e secundárias*, impulsionadas pela concentração de capitais sob a forma monetária. Para a autora, o capitalismo não pode ser reduzido ao movimento de expropriação, mas as expropriações que, além de permanentes, possibilitam não só a constituição da base social capitalista, mas também sua expansão. A expropriação primária se vincula ao processo violento de expulsão de grandes massas camponesas ou agrárias de suas terras e dos seus meios de produção. As expropriações secundárias têm incidência sobre os direitos dos trabalhadores urbanizados que, em sua maioria, já não dispõem da propriedade de meios de produção e, com seus direitos cada vez mais reduzidos, tornam-se ainda disponíveis à imposição de novas estratégias de exploração da sua força de trabalho, de extração de mais-valor.

Nestes termos, a inserção do Brasil, na divisão internacional do trabalho, como um país “emergente” imprime as particularidades de sua formação social colonial. Para Fernandes (2008), a mudança do capitalismo competitivo ao monopolista no Brasil ocorre por caminhos que fogem ao modelo universal da democracia burguesa, pois traz uma simbiose entre valores “arcaicos” ou interesses tradicionais conservadores e o “moderno”, aqueles oriundos da ordem social competitiva. Essa “modernização conservadora” foi marcada por um modelo econômico “dependente”, e por uma dominação burguesa “democraticamente restrita” (FERNANDES, 2008). Para Yamamoto (2008, p. 132), essa expansão “[...] faz-se, mantendo, de um lado, a dominação imperialista e, de outro, a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional”.

Em todos os movimentos de expansão do capital no Brasil, do modelo nacional-desenvolvimentista, a partir dos anos 1930 do século XX, que resultou no início das bases da industrialização brasileira; do modelo de industrialização associado ao capital transnacional, a partir dos anos 1950; e, na última década, ao suposto *neo desenvolvimentismo*, é nítida a centralidade do Estado.

O Estado tem sido, nesta direção, decisivo para a viabilização do desenvolvimento capitalista e, particularmente, para a construção de barragens no Brasil desde a década de 1970 com a forte penetração do capital internacional. Para Vainer (1997, p.12),

[...] a história da implantação de grandes barragens parece ser a mesma em toda a parte. Em todo o mundo a grande barragem serve ao mesmo modelo de desenvolvimento. Nos mais diversos países, o grande projeto hídrico busca impor um mesmo padrão de apropriação e uso dos recursos naturais. (VANIER, 1997, p. 12).

Vale destacar que a partir desse período emergem no cenário nacional grandes barragens, tais como Itaipu no Paraná (1975-1982), Itumbiara localizada entre Goiás e Minas Gerais (1974-1980), Itaparica localizada entre Bahia e Pernambuco (1980-1988), Tucuruí no Pará (1984), entre outras.

A crise que desencadeou no processo de “mundialização do capital” e possibilitou as bases para o Estado neoliberal, e propõe “menos Estado”, “mais mercado” e a supressão das regulamentações do trabalho e de controle do capital (MOTA, 2014), é também a mesma que irá encontrar nas grandes barragens um

importante caminho para a reprodução e expansão do capital no Brasil. Estado neoliberal que se consolida no Brasil, nos termos de Marilena Chauí, com a façanha de atribuir título de modernidade ao que há de mais conservador e atrasado na sociedade brasileira: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas. Em outras palavras, a “[...] classe dominante faz do Estado o seu instrumento econômico por excelência” CHAUI *apud* IAMAMOTO, 2008, p. 141-142).

A partir dos anos 2000, a ideia de “menos Estado” é substituída nos termos de Mota (2014) por outra lógica histórica na região, desta feita, qualificada pelo discurso oficial como um meio de enfrentamento à crise do capital financeiro, a revelar um novo processo de restauração da ordem, o chamado *neodesenvolvimentismo*. Castelo (2013) assinala para esta conjuntura como sendo de aprofundamento do neoliberalismo do tipo “social-liberalista”, em que sob a retórica da justiça social, pretende articular crescimento econômico com o desenvolvimento social. Para Fontes (2010), um *suposto neodesenvolvimentismo*, que não significaria “o novo” ou um questionamento ao capitalismo em sua versão mundializada, apenas uma outra estratégia de reprodução do capital.

Nesta conjuntura, ao passo que o Estado brasileiro passou a atender determinadas reivindicações da classe trabalhadora no âmbito da “pequena política”<sup>7</sup>, simultaneamente empreendeu esforços na construção de grandes projetos de infraestrutura, a exemplo das barragens, a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC),<sup>8</sup> financiando o acesso, o uso e o controle de territórios para grupos econômicos nacionais e transnacionais, garantindo a reprodução ampliada do capital (FONTES, 2010). Nesses termos, o Estado opera diretamente na viabilidade de empreendimentos extremamente lucrativos ao capital, cumprindo, portanto, uma função essencial no processo de acumulação e, comumente utiliza do ideário de crescimento econômico e desenvolvimento nacional como argumentos que justifiquem tais investimentos.

---

<sup>7</sup> Para Coutinho (2010, p. 32), “[...] existe hegemonia da pequena política quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade e passa, portanto, a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos, como simples administração do existente. A apatia torna-se assim não só um fenômeno de massa, mas é também teorizada como um fator positivo para a conservação da ‘democracia’ pelos teóricos que condenam o ‘excesso de demandas’ como gerador de desequilíbrio fiscal e, conseqüentemente, de instabilidade social”.

<sup>8</sup> Em 2007, o Governo Federal cria o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com o objetivo de promover a retomada do planejamento e da execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do País, além do estímulo ao investimento privado e à redução das desigualdades regionais (BRASIL, 2014).

Na avaliação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB, 2013), o Brasil, por sua posição na divisão internacional do trabalho e pela existência de um alicerce natural vantajoso, vem tendo seu modelo energético voltado principalmente para o fornecimento de energia de baixo custo para grandes empresas transnacionais, chamadas eletrointensivas, que exploram e exportam produtos de pequeno valor agregado, geram poucos empregos e contribuem de forma ínfima para a dinamização da indústria nacional, sendo as principais responsáveis pela degradação ambiental.

Nessa direção, Ruszczuk (1997) aponta a existência de outros interesses, entre os quais: das indústrias de grandes equipamentos para a geração e transmissão de energia elétrica e pelas empresas de construção civil ou as chamadas empreiteiras. Esse é um retrato do que Castro (2009) alerta em torno da concentração e centralização cada vez maior do capital financeiro nos grandes projetos na Amazônia. A tendência é de *complexificação das fusões* sob a lógica do capital financeiro, organizado em monopólios público-privados, num misto de capital internacional e capital nacional, para permitir a especulação e as maiores taxas de lucro.

Grupos como Camargo Corrêa, Bradesco S.A., Mitsui, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Santander/Banif, Queiroz Galvão, para citar os mais presentes, têm disputado os consórcios de construção e gestão dos grandes projetos de infraestrutura na Amazônia com o financiamento do BNDES por meio do PAC. É o capital financeiro em fusão com o capital minero-metalúrgico-energético e o fundo público<sup>9</sup>, marcas da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996). O Estado, por sua vez, envolto de contradições, via fundo público, participa financiando e procurando garantir um equilíbrio entre os diferentes setores capitalistas.

É neste cenário que se aprofunda a apropriação da natureza, a exploração do trabalho e as expropriações no contexto de construção de grandes obras e entre estas, as barragens no Brasil. Cabe-nos assinar as construções de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte como emblemáticas nesse contexto. Para Castro (2009, p. 139), esses projetos, construídos para viabilizar ao mercado os recursos naturais, desde antes são entregues a grandes empresas nacionais e estrangeiras, as quais via de regra se localizam em territórios ocupados, mas se impõem à população local como prioridade nacional.

Diversas são as expressões de expropriações denunciadas no contexto de construção de Belo Monte e de outras barragens. Dados do MAB (2012) apontam que

---

<sup>9</sup> Sobre o fundo público, consultar Behring (2009).

no Brasil, já foram construídas mais de duas mil barragens, que expulsaram mais de um milhão de pessoas de suas casas e terras, a maioria delas (70%) sem nenhum tipo de indenização. Para este movimento social, a barragem de Belo Monte vai atingir e desalojar mais de cinco mil famílias (mais ou menos 20 mil pessoas) moradoras dos chamados “baixões” da cidade de Altamira, áreas alagadas onde predominam casas de palafita.

Além desses prejuízos no que se refere à moradia, as populações das regiões impactadas pelos grandes empreendimentos sofrem com as demais consequências desse processo que envolve sua reprodução física e cultural, o que passa pela extinção de condições essenciais de reprodução material da vida nos termos tradicionais (pesca, agricultura familiar), desemprego, violência, mercantilização dos corpos das mulheres, levando-os a compor a massa de “[...] trabalhadores disponíveis ao capital e necessitados de mercados” (FONTES, 2010). Soma-se a isso o caráter deletério desses projetos sobre os elementos naturais num processo de aprofundamento sem limites, assumindo feições catastróficas como recentemente com o rompimento de barragem em Mariana, Minas Gerais, unidade sob responsabilidade da mineradora Samarco<sup>10</sup>.

Com o rompimento da barragem, populações foram soterradas<sup>11</sup>. Além de muitos mortos, milhares de pessoas perderam suas casas e fontes de trabalho, a lama tóxica de rejeitos de mineração atingiu ainda animais, plantas, o Rio Doce e alcançou o litoral do Espírito Santo. Tais danos constatados em caráter imediato certamente guardam proporções inimagináveis a médio e longo prazos. Esse acontecimento assumiu visibilidade e repercussão na mídia, caracterizado comumente como um “desastre ambiental”. No entanto, é necessário se ater aos nexos entre o que ocorreu em Mariana (MG) e o próprio movimento de acumulação do capital no enfrentamento de sua crise

---

<sup>10</sup> Segundo Rosa (2006) data dos anos 1970 o surgimento da mineradora Samarco no Brasil, com a fusão entre as empresas Samitri (do grupo Belgo Mineira à época) e a Marcona Corporation (empresa norte-americana), cujo complexo foi inaugurado pelo então Presidente da República, General Ernesto Geisel (ROSA, 2006). Essa empresa iniciou sua operação com a produção industrial de pelotas de minério. Sua composição estruturava-se em duas unidades, uma de exploração do minério em Mariana – MG, e uma usina de pelotização e um porto em Anchieta (ES), além de dispor de um mineroduto ligando esses dois Municípios e cortando outras 22 cidades nos dois Estados. A Samarco aparece no cenário nacional como importante projeto no processo de industrialização local, inserida de forma estratégica, portanto, na política econômica nacional e com a perspectiva de destacar o Brasil no comércio externo com a exportação de minério de ferro. As atividades da empresa, cujas acionistas atualmente são as empresas BHP Billiton (anglo-australiana) e Vale S.A. (brasileira), tal como quando do seu surgimento, segue fundamentalmente o objetivo de produzir para exportação.

<sup>11</sup> O distrito de Bento Rodrigues foi destruído. A lama alcançou outras localidades no estado de MG, tais como: Águas Claras, Ponte do Gama, Paracatu, Barra Longa.

estrutural, quando amplia os níveis de exploração dos recursos naturais – articulada a exploração do trabalho – de forma extremamente destrutiva. Nesses termos, o caráter criminoso que marca o rompimento da barragem é eclipsado pelo discurso do “desastre ambiental” como se fosse produto de um movimento autônomo da natureza. O MAB (2015) denuncia as empresas controladoras da Samarco como responsáveis pelo rompimento da barragem que já seria “uma tragédia anunciada”.

O que ocorre no contexto da construção de barragens, em essência, é expressão do processo mais amplo de exploração e expropriações do capital sobre o trabalho e a natureza que vimos destacando aqui. As populações atingidas por esse movimento violento e desenfreado, a exemplo do próprio MAB, buscam empreender esforços na luta por sobrevivência, na disputa por elementos naturais essenciais à vida como terra e água, denunciam violações de que são protagonistas as grandes empresas, suas organizações são comumente criminalizadas, além de sofrerem ameaças e assassinatos de suas lideranças, o que acentua conflitos e embates que marcam a luta de classes no Brasil.

Esta é a conjuntura brasileira que tem, no contexto de crise estrutural do capital, resultado em mudanças na sociabilidade contemporânea ao mesmo passo que aprofunda o suposto do capital (a reprodução ampliada e a expansão do capital em todas as dimensões da vida social), garante “[...] um novo salto no patamar da acumulação de capital, impulsionado por um salto escalar no processo de expropriações sociais” (FONTES, 2010, p. 145). As expropriações, ainda segundo essa autora, constituem um processo permanente, são condição da constituição e expansão da base social capitalista.

E o Estado, que nunca esteve do lado de fora da economia capitalista, assume na atualidade a posição de protagonista de importantes ações que assegurem, portanto, a reprodução capitalista, criando o que Mandel (1989) chamou de “condições gerais” de produção, conforme apontamos antes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A construção de barragens no Brasil se apresenta como um tema complexo, cujas consequências embora atinjam o conjunto da sociedade brasileira, apresentam

repercussões drásticas especialmente à classe trabalhadora<sup>12</sup>, no que se refere às suas condições de vida e trabalho. Com o caminho interpretativo aqui proposto, buscamos ressaltar a impossibilidade de tratar esse tema sem considerar seus nexos com o processo de produção e reprodução capitalista e conseqüentemente, ao suposto destrutivo (da natureza e da vida humana) que tem marcado esta sociabilidade em escala planetária num contexto de crise estrutural do capital.

De forma particular, sobretudo por suas características geográficas e seu inquestionável potencial hídrico, o Brasil tem assumido historicamente um lugar determinado no movimento de mundialização do capital como um importante fornecedor de *commodities*. Nesses termos, responde às demandas de reconfiguração da divisão internacional do trabalho por meio da reprimarização da economia, cuja requisição central permeia a apropriação privada dos elementos naturais. E aqui se situam os projetos de construção de barragens para fins de geração de energia elétrica que, além de gerar lucro ao compor o chamado hidronegócio, subsidia diversas atividades produtivas com vistas à exportação, a exemplo do agronegócio e empreendimentos minerários. Nesse sentido, a construção de barragens no Brasil responde aos interesses de grandes grupos econômicos, com fusões complexas sob a lógica do capital financeiro, num misto de capital internacional e capital nacional, de capital privado e fundo público. Obviamente esse lugar de exportador de *commodities* ocupado pelo Brasil não altera sua condição de dependência na sua relação com a economia mundial.

Aqui cabe ressaltar o caráter de classe e autoritário do Estado que atua nesse contexto garantindo as condições gerais ao desenvolvimento capitalista, articulando incidência direta na produção – força de trabalho livre para compra e venda, financiamento, flexibilização da legislação ambiental, entre outros –, repressoras e violentas frente às expressões de resistência que se colocam a estes empreendimentos, bem como alternativas de caráter ideo-político. Nestes casos, geralmente o Estado apresenta os grandes projetos, tais como a construção de barragens, como estratégicos

---

<sup>12</sup> Importante destacar que a classe trabalhadora não é homogênea, mas, estruturada por outras relações sociais que se consubstanciam e se estendem ao capitalismo, tais como o patriarcado e o racismo. Isto nos leva a afirmar que mulheres, negros, indígenas, estão expostos as expropriações, a exploração e as diversas violências sob condições particulares. Nesta direção, dados preliminares de pesquisa doutoral realizada por Barroso (2015) e manifestações públicas do MAB, apontam a mercantilização do corpo das mulheres como funcional a reprodução do capital por ocasião da construção de grandes obras no Brasil, entre as quais, as barragens.

ao crescimento econômico e desenvolvimento do País, isto é, justifica investimento em empreendimentos de interesse privado (do capital) como se estes fossem de interesse de público e nacional.

Nesta direção, diferente da promessa do Estado de desenvolvimento e da soberania nacional, tais experiências têm demonstrado uma agudização das expropriações e o agravamento das questões social e ambiental em diversas regiões do País. Nesse processo se destacam expressões de resistência empreendidas por trabalhadores organizados via MAB, Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais, Movimento dos Trabalhadores sem Terra, entre outros. No entanto, nesse tempo histórico extremamente adverso para o trabalho, esses esforços empreendidos pela classe trabalhadora ainda se mostram divididas e frágeis diante da força destrutiva do capital e das ações do Estado burguês. Suas ações circundam muito mais o campo da emancipação política, através da luta por direitos (indenizações/reparação de danos, acesso à terra, água e energia para produzir, etc.) e da participação popular na regulação dos elementos naturais como “bem público”. Consoante a isso, ainda seguindo as pistas do próprio Marx, é igualmente relevante assinalar que é na tensão que marca a luta de classes que se podem forjar as condições para alteração dessa realidade de modo a se alcançar uma sociabilidade sem exploração e opressões em que os elementos naturais sejam considerados bem comum e não mercadoria.

## Referências

ALVES, G. O Que é a Mundialização do Capital. **Trabalho e Mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Bauru: Praxis, 1999.

ANDRIOLI, A. I. A atualidade de Marx para o debate ambiental. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 98, jul. 2009.

BEHRING, E. R. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.). **Política Social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=61&ler=s881>>. Acesso em: 4 ago. 2014.

BRAZ, M; NETTO, J. P. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTRO, E. M. R. Integração Sul-Americana do IIRSA: Visão do Estado e dos Atores da Pan-Amazônia. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). **O Plano IIRSA na visão da sociedade civil Pan-Amazônica**. Belém: FASE/UFGA, 2009.

CASTELO, R. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 31, v. 11, p. 119-139, jan./jun. 2013.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. *In*: OLIVEIRA, Francisco de (Org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; UFRJ, 2010.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2013.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social, II**. Trad. Nélio Schneider; Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010. (Col. Marx-Engels).

\_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica da Economia Política: Livro 1: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013 (Primeira edição – 1876).

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. Trad. Ana Cotrim; Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Sobre Jirau**. 2014. Disponível em: <[http://www.mabnacional.org.br/amazonia/santo\\_antonio\\_e\\_jirau/sobre\\_a\\_barragem\\_jirau](http://www.mabnacional.org.br/amazonia/santo_antonio_e_jirau/sobre_a_barragem_jirau)>. Acesso em: 9 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens.** São Paulo, 2012. Disponível em: <[http://www.mabnacional.org.br/sites/default/files/cartilha\\_mulheres.pdf](http://www.mabnacional.org.br/sites/default/files/cartilha_mulheres.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Nota do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).** Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/mab-denuncia-a-negligencia-total-das-mineradoras-vale-e-bhp-billiton-controladoras-da-samarco-sao-responsaveis-pelo-rompimento-das-barragens-em-mariana-ha-muitos-anos-a-comunidade-alerta-sobre-os.html>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

MOTA, A. E. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. **Configurações** [Online], 10 | 2012. Disponível em: <<http://configuracoes.revues.org/1324>>. Publicado 17 fev. 2014. Acesso em: 5 mar. 2016.

ROSA, J. S. **Empresa e município:** o papel da Samarco mineração na reestruturação socioeconômica de Anchieta (ES). 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades)–Universidade Cândido Mendes. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Cândido Mendes – Campos dos Goytacazes (RJ), 2006.

RUSZCZYK, C. J. **Espaço da água, espaço da terra no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB/CRAB):** 1979-1982. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

SILVA, M. G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável:** um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

VAINER, C. **Como temos lutado e como continuaremos lutando contra as barragens.** Texto base para discussão. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POVOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 1., 1997. **Relatório...** Curitiba, 1997. p. 11-15.